

**Penas em punho, tecendo a escrita: sociabilidade entre os signatários do Manifesto “Ao Professorado de Minas” (1900)**

**Feathers in fist, weaving writing: sociability among the signatories of the Manifest “Ao Professorado de Minas” (1900)**

**Marcelo Gomes da Silva<sup>1</sup>**

**RESUMO:**

Discutir as condições que levaram quatro professores, no ano de 1900, a escrever, assinar e publicar um manifesto dirigido “Ao professorado de Minas” é a proposta deste trabalho. Buscou-se realizar um mapeamento dos espaços ocupados por esses sujeitos na cidade de Juiz de Fora – MG, dos seus locais de atuação e dos seus cotidianos escolares, apreendendo nas relações sociais vivenciadas por esses sujeitos, aproximações, empatias e ideias que contribuíram na decisão de manifestar-se publicamente e na construção e redação do texto. Para tanto, utilizou-se de um cruzamento de fontes em que surgiram seus nomes: imprensa, relatórios, correspondências e requerimentos. Tratou-se da sociabilidade dos professores enquanto intelectuais (SIRINELLI, 2003), percebendo suas experiências enquanto práticas que contribuíram para o próprio fazer-se docente (THOMPSON, 1987).

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociabilidade; Profissão Docente; Manifesto; História da Educação.

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professor da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) / Ilhéus - BA, pelo Departamento de Ciências da Educação/ DCIE. Professor e vice-coordenador do Mestrado Profissional em Educação-PPGE. Coordena o projeto de pesquisa - Pelo “Fio do nome”: trajetórias, itinerários e sociabilidade na constituição do fazer-se docente (Bahia, transição Império/República) - vinculado ao Grupo de Pesquisa em Política e História da Educação-GRUPPHED. Como pesquisador integra, também, o Grupo de Pesquisa História Social da Educação, vinculado à UFF. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8224-0152>. E-mail: [mgsilva@uesc.br](mailto:mgsilva@uesc.br).

**ABSTRACT:**

The purpose of this paper is to discuss the conditions that led four professors, in the year 1900, to write, sign and publish a manifest document addressed to “To the professor from Minas Gerais”. We sought to map the spaces occupied by these subjects in the city of Juiz de Fora – MG, their locations and the school routine of these teachers, we sought to map, apprehending in the social relationships experienced by these subjects, approximations, empathies and ideas that contributed to the decision to manifest themselves publicly and in the construction and writing of the document. For that, it was used a cross of sources in which their names appeared: press, reports, correspondence and requirements. It was about the sociability of teachers as intellectuals (SIRINELLI, 2003), realizing their experiences as practices that contributed to the teaching profession (THOMPSON, 1987).

**KEYWORDS:** Sociability; Teaching Profession; Manifest Document; History of Education.

## Introdução

No dia 09 de dezembro de 1900, quatro professores – J. Paixão, Raymundo Tavares, Felicíssimo Mendes Ribeiro e Francisco Paixão – publicaram um manifesto intitulado “Ao Professorado de Minas<sup>2</sup>” no *Jornal do Comercio* de Juiz de Fora, periódico que circulava também em outras cidades mineiras e pelo Rio de Janeiro. O manifesto pode ser considerado como uma forma de ação dos professores, um movimento frente às condições de trabalho e todas as dificuldades que permeavam o cotidiano dos docentes na época, demonstrando uma consciência por parte dos mesmos e a configuração do que os próprios signatários definiram como “simpatia de classe”, o que acontece “quando homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus” (THOMPSON, 1987, p.10). A necessidade de tecerem outras formas de relações, o desejo de mudança da postura por parte dos professores em seus modos de agir é explicitado pelos signatários que consideravam um desperdício os esforços e as “energias isoladas”. O texto é construído usando de uma escrita imperativa, tendo como interlocutores os professores, por isso, a conjugação na terceira pessoa do plural “nós”, uma referência à coletividade que julgavam representar. Ao mesmo tempo em que esclarecia a situação vivida pelos professores, apontavam alternativas de ações para suas prováveis soluções, a exemplo da expressão “unamos e seremos fortes”. Que autoridade os signatários julgavam ter naquele momento para redigir esse documento?

Pode-se pensar que os professores estavam embutidos de uma autoridade acumulada pelas suas práticas cotidianas, pelas relações estabelecidas entre eles e pelas suas experiências, seus costumes, seus sentidos construídos e compartilhados (FARIA FILHO, 2009). Os seus nomes no final do documento possibilitam pensar sobre as relações estabelecidas entre eles, podendo assim elencar questões que contribuem no entendimento sobre o momento vivido pelos professores que teria incentivado a produção de um texto em conjunto e voltado para a coletividade.

Mas, afinal, qual a intencionalidade e qual o objetivo dos quatro professores ao assinarem o documento? O apelo pela união e as ideias expostas no texto não seriam mais importantes do que a autoria do próprio texto? A presença das assinaturas de seus donos em alguns documentos indica “uma relação de propriedade e de perpetuação para além da posse física do exemplar”. Em certo sentido, pode-se entender o Manifesto, assim como o nome dos signatários registrados nesse documento, como a “personificação da posse por meio do nome próprio escrito para fugir do anonimato” (CUNHA, 2012, p.23).

Constar as assinaturas, a autoria, os nomes no final do texto não é uma questão desprezível. O nome próprio, como alerta Bourdieu, “institui-se como uma identidade social, que garante a identidade do indivíduo biológico em todos os campos possíveis onde ele intervém como agente, isto é, em todas as suas histórias de vida possíveis” (1996, p.186).

Além do entendimento da atitude dos mesmos como um gesto coletivo, pode-se inferir que tais professores atuaram como homens públicos, pelo social, portanto, podendo ser definidos como intelectuais a partir da definição de Jean-François Sirinelli, o qual atribui aos seus comportamentos acepções que englobam os criadores e os mediadores culturais e também, aqueles engajados e eruditos representados pela imagem do jornalista, do escritor, do professor.

<sup>2</sup> Sobre o manifesto ver (SILVA, 2012).

O autor baseia a concepção de intelectual “na noção de engajamento na vida da cidade como ator; segundo modalidades específicas, como por exemplo, a assinatura de manifestos; testemunha ou consciência” (SIRINELLI, 2003, p.243).

Seus nomes no final do documento também representam autoria/identidade e autoridade, ou seja, os assinantes escreveram o texto (autoria) e seus nomes, talvez pela representatividade na cidade ou entre o professorado, radicavam uma autoridade ao conteúdo. Nessa acepção, a curiosidade de saber ou não saber quem de fato escreveu, como se deu a construção e produção do Manifesto, se torna historicamente irrelevante, pois, a representação dos nomes abaixo do texto serve de indício de uma possível comunhão de ideias e da concordância, entre eles, do conteúdo que ali se expunha.

Há de se pensar no modo que se deu o encontro entre os signatários para produzirem o documento. Neste aspecto, é importante perceber suas sociabilidades, ou seja, a prática exercida pelos intelectuais, atuando como “elos” com pessoas e lugares. Portanto, cabe, a partir dessa reflexão, “interrogar que forças de atração orientam a organização coletiva e movem as ações dos grupos intelectuais” (ALVES, 2012, p.117).

Considera-se importante traçar parte da trajetória desses professores, pois, conforme assinala Ana Chrystina Mignot, as identidades não se fazem em linha reta. A relevância em destacar tais percursos profissionais se dá pelos mesmos derivarem de “opções, escolhas, mudanças de rumos”, passando assim, por “metamorfoses”. Isto significa que, ao recuperar elementos da trajetória profissional e social de J. Paixão, Raymundo Tavares, Felicíssimo Mendes Ribeiro e Francisco Paixão, precisou-se juntar, ordenar e reordenar várias peças de um “quebra-cabeça”, através do qual os professores e suas histórias pudessem ser “comentados”, “rearticulados”, “descritos”, “interpretados”. Nesse sentido, observou-se que tais histórias não poderiam ser apresentadas se não fosse levada em conta “um emaranhado de fios de uma rede de sociabilidade” (MIGNOT, 2002, p.20-21).

### **Construindo as relações: encontros, caminhos e posições ocupadas no espaço da cidade.**

Seguindo alguns sinais observa-se inicialmente que dois dos signatários se encontraram durante atividades inerentes à função de professor. Francisco Paixão e Raymundo Tavares constituíram a banca examinadora para a seleção de ingresso da Escola Normal de Juiz de Fora, em 1898:

Foram ontem encerradas as aulas deste estabelecimento, devendo ter começo os exames amanhã. Em reunião da congregação, ficaram constituídas as bancas examinadoras do modo seguinte: Aula pratica do sexo feminino, a Sra. Alexandrina de Santa Cecilia e o sr. Raymundo Tavares.(...) Português, os srs. F. Paixão e Luciano Brasileiro. Musica, os srs. Henrique de Gusmão e Raymundo Tavares. (...) Economia doméstica, a sra. D. Alexandrina de Santa Cecilia e o sr. Raymundo Tavares. (...) Francês, os srs. Luciano Brasileiro e Raymundo Tavares. Pedagogia, os srs. Raymundo Tavares e dr. Eloy de Araújo. Algebra e geometria, os srs. Dr. Leonidas Detsi e F. Paixão (JORNAL DO COMMERCIO, 1898, p.2).

O processo dos exames escolares pode ser entendido como um espaço de sociabilidade entre os professores, pois, neste momento, eles estavam “com um outro, para um outro e contra um outro”, estabelecendo pelos impulsos ou propósitos uma forma de desenvolver os conteúdos e os interesses materiais ou individuais. Possivelmente, eles conversavam entre si antes e depois do processo, discutiam as questões e falavam do desempenho dos alunos. O momento dos

exames servia também de termômetro da situação do professorado, pois as visitas em várias escolas expunham os problemas vividos pela categoria, tanto em relação à questão do ensino quanto às deficiências materiais, atuando como um fator de aproximação entre os sujeitos, ao mesmo tempo, causando a percepção da necessidade de união entre os professores, pois “interesses e necessidades específicas certamente fazem com que os homens se unam” (SIMMEL, 1983, p. 168).

Os dados contidos na notícia anterior reforçam a ideia da percepção, por parte dos signatários, de estarem imbuídos de uma autoridade para falarem aos professores. Raymundo Tavares e Francisco Paixão aparecem juntos como examinadores, logo, na mesma condição hierárquica, no mesmo espaço e na mesma instituição: a Escola Normal de Juiz de Fora. Impressiona a diversidade das disciplinas a que Raymundo Tavares serviu de examinador, evidenciando amplo conhecimento possuído, se considerar que o professor devesse saber os preceitos básicos a respeito do que avaliava.

Compor a banca examinadora da Escola Normal representava prestígio, confiança na capacidade do docente e respeitabilidade, a ponto de ser convidado para tal tarefa. Neste sentido, torna-se necessário traçar o perfil acadêmico e profissional desses sujeitos. Assim, sobre a formação dos dois professores, sabe-se que Francisco Paixão era médico e Raymundo Tavares tornou-se bacharel pela Academia de Comércio, em 1898, aumentando ainda mais o seu prestígio, tendo em vista a “preferência que o Estado de Minas dava aos bacharéis da Academia”:

Da parte dos poderes do Estado e da República a “Academia de Comércio” desde o princípio experimentava a maior deferência e amistosa simpatia. Provam-no a transformação do curso preparatório num curso de ensino secundário integral, modelado pelo Ginásio Nacional da Capital da República, com o direito de conferir o título de Bacharel, a preferência que o Estado de Minas dava aos bacharéis da Academia para o desempenho de comissões no interior. Em 26 de julho de 1898 verificou-se na Academia a primeira colação de grau de Bacharel aos Srs. Raymundo Tavares e Lucas de Moraes e Castro (ACADEMIA DE COMÉRCIO DE JUIZ DE FORA, 1941, p.4).

Os exames na Escola Normal ocorreram em maio de 1898 e o grau de Bacharel só foi adquirido em julho, alguns meses depois, comprovando que o professor já era respeitado na cidade antes mesmo de colar o grau devido, talvez, às suas relações sociais.

O contato do professor Raymundo Tavares com os irmãos Paixão, José e Francisco, parece ter ocorrido de forma mais contundente, não apenas nos exames escolares. Em um artigo intitulado “Instrução Pública em Juiz de Fora”, publicado no *Jornal do Commercio*, José Rangel apresenta um relato da instrução na cidade, listando as escolas que surgiram e desapareceram ao longo do tempo, entre elas o “externato Moreira Pinto, dos professores Paixão e Raymundo Tavares” que “poucos dias conseguiu viver” (JORNAL DO COMMERCIO, 1901, p.2). Pela característica do texto, em forma de retrospecto, deduz-se que o colégio tenha se constituído anteriormente à publicação do Manifesto assinado por eles, ilustrando que os mesmos possuíam laços estreitos, ao ponto de fundar um colégio conjuntamente.

Entre os signatários do Manifesto consta também o professor Felicíssimo Mendes Ribeiro, “um excelente negro, pouco letrado e muito maneiroso” (RANGEL, 1940, p. 161). A presença do negro na educação tem sido alvo de vários estudos, entre eles, os que apontam para a intelectualidade negra e trajetória de professores negros (FONSECA, BARROS, 2016).

No caso do professor Felicíssimo Mendes Ribeiro, apesar da falta de acesso a sua

imagem, a descrição no documento acerca de sua cor trata-se de uma revelação significativa para compreendermos a sua participação, o seu lugar e a sua posição ao escrever seu nome no Manifesto. É interessante pensar que, possivelmente, ele fosse o único negro entre o grupo dos que assinaram o Manifesto. Seguindo este raciocínio, questiona-se qual o papel dele no Manifesto? Qual a sua importância no contexto da cidade? Como se inseriu entre os signatários? A única “imagem” que possuímos desse sujeito como sendo de um negro, trata-se da descrição que José Rangel fez do mesmo em seu livro de memória, ainda assim, considerado “pouco letrado”, o que remete ao trabalho de Muller:

as representações sobre a ‘pouca’ inteligência de negros e mestiços, sua ‘incapacidade’ para estudos mais aprofundados etc. fazem parte de um conjunto de representações sociais, originárias da difusão das teorias racistas em voga no século XIX (MULLER, 2008, p.43).

Apesar de considerado “pouco letrado”, observou-se em vários documentos que o professor Felicíssimo utilizava-se da escrita para comunicar-se com a Câmara Municipal, pedindo, requerendo e enviando solicitações que diziam respeito, de algum modo, a melhorias na instrução, como se pode observar em um requerimento enviado por ele em 1879, no qual fazia sua solicitação:

O professor da instrução pública primaria desta Cidade vem a presença de V.S. solicitar um auxílio ou mesmo ordem para ser fornecida a trinta alunos pobres que freqüentam sua Escola, papel, penas e livros, pois esses alunos por falta absoluta de meios não podem comprar evitando assim seu adiantamento (RIBEIRO, 1879)<sup>3</sup>.

É interessante observar que o uso de termos como “doutor” não antecede o nome do professor Felicíssimo nos documentos. Ele próprio se reconhece como “o professor primário”. O tratamento dado aos professores indica, em certa medida, os grupos sociais aos quais estavam inseridos no contexto da cidade. No caso da solicitação acima, feita pelo “professor primário”, pode-se observar o seu contato com as classes desfavorecidas, a população escolar pobre. O pedido de material feito pelo professor demonstra também a sua visão sobre os alunos e, conseqüentemente, reflete uma concepção de ensino, pois os considerava capazes e elegia como culpado, pelo não adiantamento dos mesmos, “a falta absoluta de meios” para comprar os materiais e não uma incapacidade intelectual.

A experiência com os grupos desfavorecidos pode ter influenciado sua escolha para ser o professor da escola noturna criada, em 1899:

No dia 1 de maio de 1889 em uma das salas do prédio n. 70 da rua Direita, onde vai funcionar a escola noturna para adultos, criada pelo partido Republicano desta cidade, presentes os cidadãos Fernando Lobo Leite Pereira, Luiz Detsi, dr. João Penido, dr. João Ribeiro de Oliveira e Souza, dr. Constantino Paleta, dr. Ernesto de Andrade Braga, Bernardo Mascarenhas, dr. Feliciano Penido representando o Diário de Minas, José Braga, pelo Pharol e dr. Fonseca Hermes, pela Gazeta da tarde, professor Felicissimo Mendes Ribeiro e 16 matriculados, o dr. Fernando Lobo, presidente do clube republicano de Juiz de Fora, declarou inaugurada a aula noturna para adultos criada e mantida pelo partido republicano e convidou os presentes a assinarem a ata. Declarou que era professor o sr. Felicissimo Mendes Ribeiro e fiscal da aula o sr. Luiz

<sup>3</sup> Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora. Série 071. Documentos referentes a instrução pública 1854-1889.

Arthur Detsi...” (GAZETA DA TARDE, 1889, p.3).

A escola que em sua fundação contava com dezesseis alunos, em poucos dias, já estava sendo frequentada “por mais de 40 alunos, quase todos libertos” (GAZETA DA TARDE, 1899, p.1), justificando sua criação a partir de uma demanda existente. Segundo Jefferson de Almeida Pinto, abalizado no recenseamento de 1872, o município de Juiz de Fora contava naquela época com 14.368 escravos, sendo a maioria dessa população masculina, sobrepondo à feminina. O autor ainda aponta outros estudos que, fundamentados em outras fontes, a exemplo dos registros de matrícula especial de escravos existentes em Juiz de Fora, encontraram números ainda mais impressionantes, chegando o número de escravos em 19.141 por volta do ano de 1873 (PINTO, 2008).

Nas pistas deixadas pelos quatro signatários do Manifesto são percebidos indícios de suas relações, tornando possível algumas inferências que ajudam a refletir melhor sobre esse grupo. Neste sentido, pode-se indagar sobre a nomeação de Felicíssimo Mendes Ribeiro para lecionar na escola noturna, fundada pelo Partido Republicano, em maio de 1889 (GAZETA DA TARDE, 1889, p.3). Segundo Flávio Rosa (2006) o partido republicano em Minas Gerais constitui-se a partir de dois grupos: os “republicanos históricos” e os chamados republicanos “de última hora”. O primeiro estava representado predominantemente por grupos urbanos, intelectuais e profissionais liberais; ao segundo pertenciam os fazendeiros insatisfeitos com a abolição da escravatura.

O professor Felicíssimo parece enquadrar-se no chamado grupo dos “republicanos históricos”, mas, não se pode afirmar que ele tenha pertencido ao partido somente pela sua indicação à escola noturna. No entanto, este fato sugere algumas indagações: por que ele foi o escolhido? Qual seria a sua ligação com o Partido Republicano? A ideia republicana foi bastante difundida na imprensa da cidade. Além disso, outras ações podem ser entendidas como mecanismos utilizados pelo partido republicano para angariar adeptos, entre elas, a criação de uma escola noturna (ROSA, 2006). Pertencente ou não ao partido, o nome de Felicíssimo Mendes Ribeiro aparece na lista entre os presentes no congresso republicano realizado em Juiz de Fora em julho de 1889 (GAZETA DA TARDE, 1889, p.1).

A presença do “professor primário” nos eventos realizados na cidade, como a solenidade de inauguração da Associação Médica de Juiz de Fora, realizada na Câmara Municipal (GAZETA DA TARDE, 1889, p.2) demonstra as relações que o mesmo possuía e que pode ter contribuído para uma aproximação com os outros professores signatários do Manifesto. Apesar desta presença, não se pode afirmar que ele possuía as mesmas condições sociais, econômicas e culturais dos outros, pois, como alertou Simmel “a sociabilidade é o jogo no qual se ‘faz de conta’ que são todos iguais (...) e “fazer de conta” não é mentira mais do que o jogo ou a arte são mentiras devido ao seu desvio da realidade” (SIMMEL, 1983, p. 173).

O Manifesto de 1900 não foi a primeira experiência do professor Felicíssimo Mendes Ribeiro como signatário de um texto coletivo e reivindicatório. Dois anos antes, em 1898, juntamente com os professores Ismael Gonçalves Maia e Maria Eliza Ferreira ele enviou uma representação ao “Presidente e mais vereadores da Câmara Municipal de Juiz de Fora”, considerando-se como as vozes que quebrariam o silêncio que imperava na cidade em relação à situação da instrução e dos professores:

O nosso silencio como protesto enérgico ficaria como effigie vingadora da injustiça que soffremos, talvez eternamente, si o cumprimento do dever a nosso respeito e admiração aos dotes elevados dos vereadores da Câmara Municipal desta cidade não

despertassem em nosso íntimo a iniciativa que tomamos desta representação que sintetiza cada necessidade, cuja solução compete-vos e a qual não podeis fugir porque a isso se opõe os vossos nobres e elevados sentimentos de justiça e verdade, únicos pedestais da honra e dignidade publica. No cumprimento de nosso dever quebramos esse silencio, porque não vos consiste o direito de desprezar os recursos de vossa nobreza e justiça, admirando vossas grandezas d'almas e vastidão nas coisas publicas, fim pra que fostes eleitos do povo. Assim confiantes seríamos criminosos se guardássemos silencio do mal que nos assoberba, cumprindo, pois, nosso dever, vamos expor-vos e representar confiantes em vós e na justiça de nossa causa a qual também é vossa por ser do povo e do futuro da Pátria (RIBEIRO; MAIA & FERREIRA, 1898)<sup>4</sup>.

Percebe-se na representação dos três professores, traços de cidadania, a partir da consciência de qual papel os agentes administrativos deveriam cumprir, deixando claro, em nome de quem os professores estavam “quebrando o silêncio”, logo, em prol de uma causa que é do “povo” e, por ser dele, é também da Câmara, que foi eleita para servi-lo. É interessante observar a menção feita “as coisas públicas” em um município onde “a Câmara Municipal funcionou desde o Império respaldando o investimento privado e encampando as iniciativas particulares na construção da cidade” (MIRANDA, 1994 apud DIAS, 2008, p. 187), o que impede de se considerar, pelo menos até aproximadamente 1892, as ações da Câmara como ‘políticas públicas’, tal qual se entende nos dias de hoje.

De acordo com Sabrina Moura Dias, a partir da constituição republicana, o município ganhou o estatuto de esfera de poder autônoma, capaz de deliberar sobre assuntos de interesse local. Isso significou que a “Câmara Municipal passou a contar com um corpo legislativo, os vereadores, que dispunha sobre as questões acerca da organização dos serviços públicos municipais, herdando do Império o modelo da escola isolada, que era de responsabilidade da província” (DIAS, 2008, p.188).

No documento coletivo assinado por Felicíssimo Mendes Ribeiro, Ismael Gonçalves Maia e Maria Eliza Ferreira, depois de “quebrar o silêncio” e falar de uma causa que também era do “povo” – conforme já dito anteriormente –, os professores criticam a pouca valorização dada a sua função, considerando que,

Há na corporação servidora do município funcionários, não mais necessários, não mais habilitados que são melhor remunerado e melhor garantidos que os professores o que não pode ser agradável aos olhos justiceiros dos Exmos vereadores para cujo sentimentos apelamos com a presente representação. Nas nossas escolas prende-se o povo pela instrução essencial dos seus filhos confiados dos nossos conselhos e ensinamentos e por isto a nossa causa é a do povo a quem diretamente e no que lhe é mais caro servimos: o povo é justo e nobre no seu agir e vai aplaudir o ato de justiça que lembramos e com que a Câmara atual vai por certo mobilizar-se a benemerência da população ( RIBEIRO; MAIA & FERREIRA, 1898).

Um texto assinado por mais de uma pessoa pode significar que ele foi escrito por todas e que, como já destacado, ocorrido concordância entre elas para definirem o que seria publicado. Além disso, pode-se questionar sobre a definição da sequência que os nomes aparecem no final do texto. No caso do Manifesto, pode-se indagar: qual nome consta primeiro?

<sup>4</sup> Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora. Série 114. Documentos referentes à Instrução Pública – 1891-1930.



Qual é o último? Essa escolha pode ter se dado de forma aleatória, mas supõe-se que esta também tenha sido uma questão discutida entre o grupo.

Indagações à parte, por mais que o historiador tenha que se ater àquilo que os documentos não disseram, por outro lado, não se pode desprezar o que está explicitado. Neste sentido, tem-se no final do documento endereçado “Ao Professorado de Minas”, o nome do professor J. Paixão encabeçando a lista dos signatários, um professor que atuou na área de música, poesia, desenhos, sátira, política e tornou-se membro da Academia Mineira de Letras (AML) fundada em Juiz de Fora, no ano de 1909, ocupando a Cadeira patronímica de Corrêa de Azevedo.

Teria sido ele o principal redator do Manifesto? Sabemos da importância desse ator, já que na cidade de Juiz de Fora, os acadêmicos possuíam “como características principais o revezamento, a acumulação e a manipulação dos lugares de prestígio das instituições culturais locais, e a combinação de várias atividades (professor, escritor, funcionário público, jornalista...)” (CHRISTO, 1994, p.3).

Muitas das informações encontradas sobre J. Paixão são provenientes de estudos sobre a Academia Mineira de Letras. Neste sentido, destaca-se o trabalho de Maraliz Christo (1994), “A Europa dos pobres, a belle époque mineira” e a publicação organizada por Leila Maria Fonseca Barbosa e Marisa Timponi Pereira Rodrigues (2009), onde as autoras reuniram as “Noticias da imprensa sobre a Academia Mineira de Letras”. A partir dessas obras, foi possível levantar alguns aspectos biográficos de J. Paixão desde seu nascimento, em 17 de outubro de 1868, na freguesia de S. José da Boa Morte, em um lugar chamado Itinga, Estado do Rio de Janeiro. Contava, em 1900, com apenas 32 anos, mesma idade do professor Raymundo Tavares, o que pode ser observado no inventário deste último<sup>5</sup>. Mudou-se para Niterói aos nove anos de idade e, aos doze, matriculou-se no Colégio Paixão, em Petrópolis, onde estudou preparatórios, regressando para matricular-se na Escola de Medicina, juntando-se assim, ao seu irmão Francisco Paixão, que se destinava à mesma carreira. Com a morte inesperada do pai, não chegou a frequentar a escola, entregando-se logo ao magistério. Ocupou a cadeira de inglês do Colégio com 15 anos de idade.

Ainda segundo Barbosa e Rodrigues (2009), aos 18 anos, mudou-se para a Estação do Comércio, onde, logo que se restabeleceu, continuou no magistério lecionando no acreditado colégio Sant’Ana, preparando uma turma de alunos que alcançaram boas notas na Inspeção Geral da Instrução pública do Rio. Foi para a estação de Aliança, em Vassouras, trabalhar no Internato Paixão, fundado pelo seu irmão e também signatário Francisco Paixão, ocupando as cadeiras de francês e inglês. Retornou para Niterói, continuando no magistério particular, sendo, então, lente da cadeira de inglês no Colégio Lettre, em S. Domingos. Também ocupou as cadeiras de francês e inglês no estabelecimento de ensino primário e secundário Ateneu Fluminense, de propriedade e direção do escritor e pedagogo Joaquim Leitão. Foi, também, lente catedrático no Liceu de Humanidades daquela cidade. Ao deixar o Ateneu, fundou o “Externato Spencer”.

Percebe-se na trajetória de J. Paixão uma intensidade, pelas ocupações exercidas e a transitividade deste sujeito por diversas cidades. Nessas idas e vindas, residiu um tempo em Juiz de Fora, junto com sua Mãe, destino escolhido com a finalidade de se reunir a seu irmão, onde permaneceu até 25 de outubro de 1909, dia em que transferiu sua residência para cidade

<sup>5</sup> Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Inventário 1942 cx. 249/60º proc. ID- 5132 cx 4813 1942

de Oliveira, oeste de Minas, a fim de ocupar o lugar de professor técnico do Grupo Escolar “Francisco Fernandes”, dirigido pelo advogado Dr. Assis das Chagas, jornalista e escritor, amigo de J. Paixão.

Em Juiz de Fora, assim como em outros lugares que residiu, dedicou-se também à função de professor. Lecionou na Escola Normal, na Academia de Comércio, ocupando a cadeira de inglês, no ex-colégio Andrés, no colégio Sagrado Coração de Jesus e muitos outros estabelecimentos. Trouxe de Niterói e publicou logo que veio para Juiz de Fora o seu primeiro livro de versos *Gamas e Palhetas* em 1897, o segundo, *Adelfas* um folheto em alexandrinos sobre *13 de Maio* e em 1903 os *Pensamentos*.

Colaborou em todos os jornais da cidade, nomeadamente no *Correio de Minas* e *Jornal do Comércio*, de cuja redação fez parte. Com Joviano de Mello criou, em Juiz de Fora, *O Bandolim* em que colaboraram todos os literatos dessa época: Lindolpho Gomes, José Rangel, Luiz de Oliveira e outros. Produziu também muitos trabalhos plásticos que foram expostos na cidade. Colaborou no *Mário* como caricaturista, publicando, nesta revista, a galeria dos poetas mineiros, com os retratos feitos a pena de Belmiro Braga, Brant Horta, Heitor e Lindolpho Gomes. (BARBOSA & RODRIGUES, 2009). Pela documentação encontrada nos arquivos de Juiz de Fora e pelas notícias publicadas nos jornais, sabe-se que J. Paixão também foi professor da Escola Noturna Municipal, além de ter atuado enquanto examinador escolar nos exames das escolas públicas municipais, cargo, aliás, que os outros signatários também ocuparam.

**QUADRO I - Lista de examinadores em 1900:**

ESCOLAS	EXAMINADORES
Gramma	Saint Clair Elias Machado
Colônia	<b>Dr. Raymundo Tavares e Francisco Paixão</b>
Tapera	<b>Dr. Raymundo Tavares, Clélia Paletta e Maria Massena</b>
Botanágua	Saint Clair e <b>Dr. Raymundo Tavares</b>
Noturna	<b>Dr. Raymundo Tavares e Francisco Paixão</b>
Benfica	<b>Dr. Raymundo Tavares, Felicissimo Mendes e Saint Clair</b>
Rua Direita	Dr. Sylvia Coutinho, José Rangel, <b>Raymundo Tavares</b>
Villagem	S. Clélia Paletta, Maria Massena e <b>Francisco Paixão</b>

FONTE: Relatórios referentes à Instrução Pública 1900-1915. Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora-Série 157.

O grupo dos quatro professores que assinaram o manifesto se avaliou entre si, significando que seus nomes aparecem como examinadores de diversas escolas, inclusive, a que eles mesmos eram os regentes. Na escola regida pelo professor Felicíssimo Mendes Ribeiro “todos apresentaram bons resultados e o professor foi elogiado principalmente pela disciplina que foi observada na escola. Serviu de examinadores Raymundo Tavares (...)”<sup>6</sup>. A Escola Noturna na época dos exames estava sob a responsabilidade de José Paixão há quatro dias apenas, tendo os resultados sidos excelentes “devido aos esforços do antigo professor (...) que pediu exoneração”.

Como já destacado neste trabalho, a diversidade documental exigiu um esforço de perceber os espaços onde os quatro assinantes do Manifesto se encontraram. Neste sentido, os

<sup>6</sup> Relatório de 1900,Série 157.

exames escolares se destacaram como um momento importante, por representar uma ocasião de encontro entre eles. Portanto, tomando novamente a questão dos exames escolares, é pertinente indagar sobre a composição da banca examinadora. A partir da lista de examinadores existente no Arquivo da Prefeitura de Juiz de Fora, percebe-se a recorrência de alguns nomes, ou seja, o revezamento dos professores que seriam examinadores era restrito a um grupo, demonstrando que os professores que ocupavam este cargo possuíam uma posição privilegiada, uma vez que, o cargo não admitia qualquer docente em sua função, o que permite pensar que os examinadores exerceriam um lugar de poder e prestígio, de modo que essa posição lhes renderiam privilégios, status e respaldo perante os órgãos institucionais responsáveis pelo ensino.

Seguindo esse raciocínio e compreendendo a importância de se buscar as diferentes inserções e participações dos sujeitos aqui analisados, o relatório do inspetor das escolas municipais José Luiz da Cunha Horta, em que apresenta “o movimento geral das escolas mantidas pela Câmara” demonstra as relações entre os signatários durante os exames escolares realizados no mês de novembro do ano de mil e novecentos, poucos dias antes da publicação do manifesto.

Os exames representaram um momento de articulação dos professores que, ao assinarem o Manifesto, acredita-se, comungavam de um mesmo propósito. Este ato simbolizava que entre eles havia, pelo menos, uma concordância entre os pontos ali expostos. No entanto, na busca das pistas deixadas, seguindo os seus passos, percebeu-se que, assim como em toda relação social, existiram também discordâncias e/ou posturas divergentes entre os manifestantes, como um caso ocorrido a partir dos exames escolares.

#### **“Espírito de coesão” ou “energias isoladas”? Divergências entre os signatários**

Toda informação sobre os signatários compôs um quebra-cabeça de difícil montagem, na qual a simples tarefa de encaixar as suas peças, para constituição de um quadro narrativo inteligível, se tornou uma operação complexa. Mas “todo o trabalho interpretativo é semelhante ao movimento do pássaro em seu vôo. Quando as asas da imaginação do historiador se liberam, o seu mergulho no visível faz vir à tona o invisível” (NUNES, 1990, p.41). Inspirando-se pelas palavras de Clarice Nunes, veio “à tona o invisível” que se encontrava inserido nos processos dos exames escolares, processos esses, como já destacados, mostraram ser um espaço de encontro entre os quatro assinantes do Manifesto:

(...) servindo de examinadores os normalistas d. Rita de Cassia Sousa Lima, Saint Clair Elias Machado, dr. Raymundo Tavares e os professores srs. Francisco Paixão e Felicíssimo Mendes Ribeiro, realizaram-se ante-ontem os exames finais do ano letivo da escola mista da rua S. Mateus, regida pela distinta normalista d. Maria Ottilia Lopes. (...) Foi lançado em ata voto de louvor à distinta professora que soube fielmente cumprir o árduo dever de instruir a mocidade (JORNAL DO COMMERCIO, 1900, p.2, itálico do autor).

A documentação proveniente dos exames, ao desvendar as relações entre os signatários, também desnudou outras questões entre eles, inclusive, momentos de divergências. Na notícia acima, publicada, aproximadamente, um mês antes do surgimento do Manifesto em 1900, após a realização dos exames escolares, “foi lançado em ata voto de louvor à distinta professora” Maria Ottilia Lopes, que “soube fielmente cumprir o árduo dever de instruir a mocidade”. Essa mesma professora, em 1901, teve sua escola novamente examinada e, mais uma vez, os signatários aturam como examinadores. Porém, desta vez, não houve concordância e/ou

consenso entre eles. Ao contrário, os professores não se mantiveram “unidos” como apregoaram no Manifesto. *O Jornal do Commercio* publicou a realização dos exames da seguinte forma:

Realizaram-se ontem os exames da escola regida pela senhorita Maria Ottilia Lopes, distinta professora da cadeira mista municipal, servindo de examinadores a normalista senhorita Rita de Cássia de Sousa Lima, professor Felicissimo Mendes e o normalista Francisco Fortes, sob a presidência do tenente José Luiz da Cunha Horta, zeloso inspetor das escolas municipais [...]. *A comissão examinadora fez constar em ata um voto de louvor à inteligente professora, pelo resultado apresentado* (JORNAL DO COMMERCIO, 1901, p.1, itálico do autor).

A publicação dos resultados dos exames escolares nos jornais da cidade era praxe. O trecho acima foi publicado no dia 14 de novembro de 1901, um dia após a escola regida pela professora Maria Ottilia Lopes ter sido examinada. Nota-se que a notícia fala de “voto de louvor à inteligente professora”, o que ocorreu também no ano anterior. Porém, a professora enviou uma queixa ao Agente Executivo Municipal, contra o inspetor escolar presente no dia dos exames, referente a um fato que, curiosamente, não foi publicado pela imprensa e que envolveu os quatro signatários. A “queixa”, como definiu a própria professora no documento, possuía o seguinte teor:

Examinados os alunos das diferentes classes e lavrada a ata de exames [...] lança o Sr. Inspetor contra mim, que tudo ouvi respeitosamente, as mais ásperas, as mais severa e injusta admoestação. Ora, exorbitando deste modo o Sr. Inspetor Escolar de suas atribuições e calcando aos pés o Código Disciplinar, Seção II, art. 126, por advertir-me publicamente, quando, no caso ocorrente me não atingia um só dos parágrafos do citado artigo, segundo acima ficou claramente explanado e atentando também este proceder de tão alta autoridade de Ensino contra minha integridade moral e profissional, cabalmente ressalvadas no mesmo artigo do Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado, pelo qual também se regem as Escolas Municipais e que abaixo transcrevo, confiante na retidão e justiça com que tendes pautado todos os vossos atos administrativos, deposito em vossas mãos presente queixa, a qual junto para maior esclarecimento, os documentos ao lado (LOPES, 1901)<sup>7</sup>.

Têm-se aqui duas versões sobre os exames, uma dada pelo jornal, baseado na ata do exame e outra versão, a da professora. Trata-se de uma observação importante pensar sobre a intencionalidade dos jornais em publicar os resultados. Seria uma forma de legitimá-los? A questão ressalta a indagação acerca da função do jornal: a quem ele atendia e para quem ele pretendia exercer o convencimento? Pode-se, ainda, refletir no sentido de perceber como o jornal enquanto documento está carregado de significados a serem decifrados e como a sua escrita pode interferir no social, já que se trata de uma escrita intencional, carregada de escolhas, como alerta Le Goff (1996).

Os professores acompanhavam pela imprensa os resultados dos exames, como demonstra uma carta enviada ao Inspetor Municipal Heitor Guimarães, em agosto de 1905 pela professora Maria Tavares:

Lendo ontem nos jornais locais que V<sup>a</sup> S<sup>a</sup> achara em péssimas condições a sala onde funciona a escola mista por mim regida providenciei com urgência para obter uma em melhores condições higiênicas o que felizmente encontrei. Peço, portanto, o favor de

<sup>7</sup> Arquivo Municipal de Juiz de Fora. Série 154/02. Correspondência de professores com a Câmara (1890-1930).

vir novamente inspecionar a mesma escola (TAVARES, 1905)<sup>8</sup>.

Os professores (as) em Juiz de Fora eram, na maioria dos casos, os principais responsáveis pelo funcionamento das escolas. Eram eles que conseguiam os “prédios” e, em muitos casos, os donos do mobiliário escolar, isso no que se refere ao universo das escolas municipais conhecidas “como escolas isoladas”. São comuns os documentos nos quais os professores “reclamam” à Câmara Municipal ou ao inspetor de ensino o pagamento do aluguel das casas onde ministram as aulas, formularam pedido de ajuda com material escolar e mobília, denunciando uma precariedade que, em muitos casos, foram sanadas com suas próprias forças.

Assim como na citação anterior, na qual a professora leu o jornal, arrumou o prédio e pediu o “favor” de uma nova inspeção, demonstrando, ao contrário de passividade, ser a principal agente articuladora de toda a ação, a queixa de Maria Ottilia Lopes, enviada em 1901 ao Agente Executivo Municipal, indica que os professores tinham conhecimento dos “regimentos” em vigor, criados, grosso modo, para “fiscalizá-los”, inspecioná-los, ou ainda, como forma de controle.

A queixa demonstra, também, que a professora “ocupou todas as brechas, inventou e reinventou-se e, graças à sua inserção profissional, pôde usufruir uma autonomia pensadamente conquistada e limitada, embora maior que a concedida às mulheres de sua época” (MULLER, 2008, p.39). O conhecimento dos regimentos, por parte da professora, possibilitou que ela os usasse para beneficiar-se, já que “uma queixa pressupõe, para ser formulada, tanto quanto para ser socialmente aceita o reconhecimento de um direito” (SILVA, 1988. p.34).

A professora demonstrou ter conhecimento da legislação vigente denunciando que o inspetor teria rompido com o “Código Disciplinar, Seção II, art. 126” e atingindo a sua integridade moral e profissional, “cabalmente ressalvadas no mesmo artigo do Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado, pelo qual também se regem as Escolas Municipais”.

O caso da professora Maria Ottilia Lopes fez desencadear um processo que envolveu os examinadores presentes no dia do exame. O Inspetor José Luiz da Cunha Horta reagiu à acusação da professora, enviando também uma carta ao Agente Executivo Municipal dizendo não ter “o menor fundamento a queixa [...] formulada pela digna professora”. No documento, datado do mesmo ano da queixa, o Inspetor questiona a professora por ela ter apresentado a queixa somente 22 dias após os exames, segundo ele “só depois de miserável e arditamente iludida por mesquinho e baixo desafeto do inspetor é que se capacitou que este a tinha tratado com menos consideração do que ela merece e lhe foi dispensado”. Mas, afinal, o que os signatários do Manifesto de 1900 têm a ver com o caso retratado? Por serem os examinadores e pela queixa da professora ter desencadeado em um processo, os signatários foram convocados a confirmar os fatos. No entanto, eles testemunharam em lados opostos.

O professor Felicíssimo Mendes Ribeiro foi testemunha e teve seu depoimento anexado à resposta enviada pelo Inspetor ao Agente Executivo Municipal, junto com um engenheiro, contendo os seguintes argumentos:

*Ofereço como contestação os documentos do criterioso professor e examinador Felicíssimo Mendes Ribeiro e do ilustrado engenheiro Dr. João Lustosa de Sousa, pessoa qualificada e acima de qualquer suspeita, que junto a esta informação. Faço-a exclusivamente para cumprir as altas ordens de V<sup>a</sup>. Ex<sup>a</sup>, pois entendo que si *uma autoridade escolar estiver a mercê das queixas mais ou menos vagas de seus subordinados perderia todo prestígio, que o cargo exige e não poderia pronunciar duas**

<sup>8</sup> Idem.

*palavras diante de um professor sem correr o perigo de se ver denunciado como réu de todos os crimes; pois não faltariam adutores ou irresponsáveis que se prestassem a envenenar as suas palavras e dar-lhes sentido que não tinham<sup>9</sup> (itálico do autor).*

É bem provável que nem todos os professores estivessem inseridos numa rede de sociabilidade que lhes possibilitassem agir/reagir de maneira uniforme a variadas situações. Os cargos que ocupavam na cidade e as relações a que estavam envoltos provavelmente definiria o teor das suas escritas, tanto nos jornais quanto em requerimentos e ofícios enviados à Câmara, quando se iriam ou não reagir, reclamar, ou queixar-se de alguma situação ou fato.

Institucionalmente, os professores estavam abaixo do posto de inspetor, sendo esse uma “autoridade escolar”, que não poderia ficar “a mercê das queixas [...] vagas dos seus subordinados”. Porém, ao mesmo tempo em que o inspetor escrevia afirmando seu poder, ele também deixava implícito o poder dos professores, de modo que “não poderia pronunciar duas palavras diante de um professor sem correr o perigo de se ver denunciado como réu de todos os crimes”.

Ora, mesmo classificando as denúncias dos professores como vagas, elas surtiam um efeito e por mais que banalizasse as “queixas” prevendo que qualquer um poderia fazer uma calúnia, o inspetor, que tinha os professores como seus “subordinados”, foi subjugado ao regimento, como citado pela Maria Ottilia Lopes e teve que seguir as burocracias do processo, enviando inclusive, testemunhos sobre sua conduta, explicitando, mais uma vez, que as escritas, reclamações e queixas dos professores não foram em vão, tiveram uma relevância. Entre as duas testemunhas do inspetor apenas uma estava presente durante os exames em 1901, o professor Felicíssimo Mendes Ribeiro. O testemunho do engenheiro Dr. João Lustosa de Sousa foi baseado no que lhe disse o professor:

tenho a responder-vos que em dias da semana passada, o professor Felicissimo Mendes Ribeiro, em conversa, disse-me que durante os exames da escola da rua São Mateus, não houve incidente algum que desabonasse a procedimento de vossa pessoa ou que ofendesse a [...] susceptibilidade da professora D. Maria Ottilia Lopes, que não pronunciastes discurso algum elogiando ou censurando a professora durante ou no encerramento dos exames; que apenas, falando em particular, disse- “notara que a segunda classe de leitura lia melhor que a primeira (SOUSA, 1901)<sup>10</sup>.

O processo foi desencadeado pela queixa de uma professora e a única testemunha do inspetor presente no dia dos exames era um de seus “subordinados”, ou seja, um professor. Qual motivo teria levado o inspetor a recorrer ao “ilustrado engenheiro” para engrossar as suas testemunhas? A palavra do “pouco letrado” e “maneiroso” professor Felicíssimo já não seria suficiente? Frisando novamente que apenas um ano antes, este mesmo professor foi um dos signatários do Manifesto, que pedia aos professores mineiros que se unissem, desta vez, ele se posicionou ao lado de um inspetor, oposto a professora e as suas quatro testemunhas, incluindo o também signatário, Raymundo Tavares.

Na notícia sobre os exames publicada no *Jornal do Commercio* consta como examinadores a normalista D. Rita de Cássia Lima, o professor Felicíssimo Mendes Ribeiro e o normalista Francisco Fortes Bustamante. Destes, apenas um testemunhou a favor do inspetor.

<sup>9</sup> Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora, Série 153 - Correspondência de Diretores e Inspectores com o Presidente da Câmara 1894 – 1929

<sup>10</sup> Idem.

Na “queixa” enviada, Maria Ottilia lista como examinadores os mesmos nomes informados pelo jornal, acrescentando apenas que houve “a assistência de diversas pessoas interessadas”. Porém, na Ata do exame, consta como examinadores, além dos nomes listados acima, os professores Raymundo Tavares, Saint-Clair Elias Machado e Francisco Paixão. Pode-se pensar a respeito do jornal não ter mencionado sequer a presença de assistentes. Ao mesmo tempo, é preciso considerar que uma ata também pode sofrer alteração, ela é construída e está sujeita, assim como o jornal, a omitir ou ocultar informações, como nos alerta Chartier ao dizer que [um documento produtor de discurso] “produz estratégias e práticas (...) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados (CHARTIER, 1990, p.17)”. Maria Ottilia convoca para confirmar sua versão os professores Raymundo Tavares, Francisco Fortes e Saint-Clair, além de um nome que não aparece nem na publicação nem na Ata do exame, o de Manoel Luiz do Couto e Silva, enviando aos mesmos um pedido de confirmação da sua versão sobre os fatos ocorridos:

Rogo me respondais ao pé desta o seguinte: 1º Em que termos o Sr. Inspetor das Escolas Municipais encerrou os trabalhos na escola sob minha regência. 2º. Se o seu discurso de encerramento foi ouvido pelo corpo discente, comissão examinadora e mais pessoas presentes. 3º qual foi o resultado dos exames e se este resultado podia autorizar qualquer referência menos airosa à minha competência profissional. Grata, se me autorizardes a fazer desta o uso que me couvier; subscrevo-me, Maria Ottilia Lopes (LOPES, 1901).

As respostas ao pedido foram semelhantes entre os professores examinadores, a exemplo de Raymundo Tavares, que confirmou a posição da professora, opondo-se, portanto, ao professor Felicíssimo Mendes Ribeiro:

Acuso recebida a sua carta. Correspondente ao apelo que nela me faz V. Excia, passo a responder ao quesitos nela formulados. Ao 1º- Terminados os exames da escola regida por V. Excia, o Inspetor das escolas, de pé, pálido, visivelmente agitado, em palavras que revelaram mau humor, procurou depreciar o trabalho apresentado pelos alunos que acabaram de ser examinados. Entre outras coisas, disse o mesmo Inspetor: que a 1ª classe, dada por V. Excia como a mais adiantada, estava muito ruim, lendo pior do que a 2ª, classificada um grau abaixo, que [aconselhava] a professora a ir assistir aos da escola do professor José Paixão, para a mesma ver como é que se trabalha. Ao 2º- As observações a que se refere a resposta precedente foram feitas à guisa de discurso, em voz alta, em presença de todos os alunos que ainda conservavam os seus lugares, da comissão examinadora e de todas as pessoas que assistiram aos exames, inclusive o abaixo-assinado que lá fora a convite de V. Excia. Ao 3º - O resultado dos exames em questão foi francamente bom; foi mais um atestado eloqüente da competência e do meticoloso cuidado com que a distinta professora da escola mista da rua de S. Mateus desempenha a sua árdua missão. Sendo assim, só poderia tal resultado dar lugar a elogios à professora, nunca, porém à desconsideração de que podem dar testemunhos todos os que estavam presentes. V. Excia pode fazer desta o uso que muito bem lhe parecer. De V. Excia. Criado muito respeitador e obrigado. Raymundo Tavares, Professor normalista (TAVARES, 1901)<sup>11</sup>.

Francisco Fortes Bustamante afirmou que o inspetor tratou a professora “com palavras injustas e ásperas, não só relativas ao aproveitamento dos alunos, como também à distribuição

<sup>11</sup> Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora. Série 154/02. Correspondência de professores com a Câmara (1890-1930).

das classes”. No mesmo sentido, o professor Saint-Clair Elias Machado declarou que o inspetor teve uma “atitude grosseira, voz trêmula, vacilante, chamou a atenção da professora para o resultado dos exames de outras escolas”.

Os três examinadores confirmaram a versão da professora. Mas, o que teria levado Felicíssimo a testemunhar a favor do inspetor? A dinâmica dos exames proporcionava ao professor atuar como examinador em um dia e no outro ter sua escola examinada por aquele mesmo que ele havia avaliado. A partir disso deduz-se que alguns cuidados eram tomados nas avaliações, afinal, os resultados dos exames poderiam causar transferência ou fechamento das escolas.

O caso de Maria Ottilia reuniu novamente, um ano após a publicação do Manifesto, os signatários: Felicíssimo Mendes Ribeiro, os professores Raymundo Tavares e Francisco Paixão. Este último não tem seu nome listado no processo como testemunha, mas aparece entre os examinadores presentes no dia do ocorrido. Ou seja, um ano após os professores assinarem um Manifesto conclamando o “professorado de Minas” a se unirem, eles aparecem em lados diferentes em um caso de atrito com um inspetor. O nome de José Paixão também foi listado por todas as testemunhas que afirmaram que o inspetor teria dito à Maria Ottilia Lopes, em teor de comparação, o que desagradou à professora, “que exames bons seriam os do professor J. Paixão aos quais vos aconselhou a que fosseis assistir”.

Portanto, um ano após os quatro professores terem, supostamente, confluído suas ideias e assinado juntos um Manifesto, as relações de sociabilidades demonstravam-se complexas. As atitudes dos professores têm que ser consideradas diante as conjunturas e contextos de cada momento e cada situação. O fato mencionado serve justamente para refletir sobre questões relacionadas ao posicionamento, pertencimento, relações, ações e reações. Em busca de perceber, em outros momentos, as atitudes, o rumo tomado pelos signatários, buscou-se nos anos seguintes da publicação do manifesto, novos indícios acerca do lugar e da trajetória desses sujeitos.

### **Para além do Manifesto: ideias e ações dos signatários pós 1900**

O historiador, ao interpretar, analisar, questionar os documentos, define conceitos, utiliza-se de termos inventados ou já existentes, para classificar os fatos e as pessoas, tecendo assim sua narrativa, e, ao fazê-lo, restaura possíveis esquecimentos, encontrando os homens pelos traços que eles deixaram (CERTEAU, 1982). São os homens, assinalou March Bloch, que a história quer capturar, “os homens no tempo” (BLOCH, 2001, p.55). Neste sentido, os signatários, palavra utilizada para definir os assinantes do Manifesto de 1900, tratavam de homens que viviam, possuíam sonhos, desejos, pensamentos e se relacionavam. Ou seja, estavam inseridos em uma realidade que não era só deles, mas de muitos professores que não escreveram manifestos, mas que também foram importantes para o contexto em que estavam inseridos.

Felicíssimo Mendes Ribeiro, talvez, tenha sido o que possuía maior tempo de vida na época da publicação do Manifesto, o que pode ser deduzido pelas datas dos documentos onde ele está presente, como o requerimento enviado por ele à Câmara Municipal em 1879, no qual solicitava materiais para suprir a necessidade de alunos carentes. Outro forte indício sobre a idade do professor pode ser percebido na notícia sobre os exames realizados na sua escola em 1901, quando o “competente e criterioso” professor foi considerado pelo *Jornal do Commercio* como “decano dos professores de Juiz de Fora”. A definição da palavra “decano” significa



“alguém que se destaque, um sujeito eminente em uma atividade entre seus iguais”. O professor Felicíssimo parece fazer jus a essa definição, pelo menos, no que diz respeito ao zelo com que foi descrita a situação da escola por ele ministrada (JORNAL DO COMMERCIO, 1901, p.1)

O seu nome como signatário do Manifesto pode ser considerado como um fator de prestígio, ou pelo menos, demonstra o quanto o professor era ativo nas questões relacionadas aos problemas da instrução, o que pode ser percebido em outros momentos da sua trajetória. A dedicação do professor Felicíssimo, unido ao tempo em que o mesmo lecionava, fez seu nome ganhar relevância também entre os moradores da cidade, especialmente entre a população pobre. Pode se considerar impressionante a situação em que o professor foi citado em um abaixo-assinado onde constam as assinaturas de duzentos e noventa e cinco moradores que, ao assinarem o pedido, assim como os signatários do Manifesto, estavam também escrevendo os seus nomes na história, ainda que não houvesse esse desejo em suas ações, pois “grande parte da evidência histórica sobreviveu por motivos muito distantes de qualquer intenção dos atores de projetar uma imagem de si mesmos à posteridade [...]” (THOMPSON, 1981, p. 36). O documento foi produzido pelos moradores do bairro Botanágua, em 1903, e dizia o seguinte:

Os abaixo assinados, moradores nesta cidade, convictos da solicitude e máximo zelo, com que esta ilustre corporação cuida dos interesses e bem-estar dos seus munícipes, não hesitarão em trazer a presente representação, mediante a qual pretendem o restabelecimento da escola primária do sexo masculino do bairro “Botanágua desta cidade, a cargo do (...) *professor Felicíssimo Mendes Ribeiro*. (...) a escola de Botanágua, pela grande e assídua frequência de seus alunos, é a que não pode ser suprimida, mesmo porque a sua vasta zona escolar abrange na parte de zona suburbana, cuja população numerosa e densa, aufere os benefícios da instrução que proporciona-lhe a dita escola, calculadamente ali colocada pelo extinto conselho distrital que a criou. Por outro lado, o emérito professor que rege aquela escola, pelas suas provadas aptidões e dedicação ao ensino, constituindo-se verdadeiro *apostolo no magistério*, deve ser aproveitado nesse mister, e não pode ser indiretamente distribuído do professorado onde tão proveitoso tirocínio, tem feito, a ponto de provocar encômios da imprensa local imparcial, nesse ramo da publica administração<sup>12</sup>.

É interessante perceber, neste documento, a relevância dada pelos moradores ao nome do professor Felicíssimo Mendes Ribeiro, como se sua figura constituísse um fator positivo na argumentação. O caso do “professor primário” e “pouco letrado” que se imagina não ter frequentado escolas normais, remete a um reconhecimento dos moradores pela sua prática enquanto professor, tendo ocupado, entre tantos espaços, a regência de ex-escravos na escola noturna.

O abaixo-assinado que cita seu nome é de moradores da localidade do Botanágua, que ficava “nos arrebaldes da cidade onde se encontrava a população pobre, que possuía uma infinidade de expressões culturais, vistas como expressões maior da vadiagem” (PINTO, 2008, p.49). Tratava, portanto, de um lugar periférico que concentrava a maioria da população negra, que apesar de ser considerada como “vadios”, também exigiam escolas. Felicíssimo parece ter sido um professor atuante, talvez, isso seja um indício para justificar o fato dos moradores quererem que o mesmo continuasse a ministrar as aulas, ao ponto de firmarem essa posição por escrito em um documento que requeria a reabertura da escola e que tinha como argumento a permanência do professor, pois o mesmo constituía-se como “verdadeiro apostolo do

<sup>12</sup> Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora. Série 114 – Instrução Pública 1891-1930.

magistério”.

Olhar a trajetória de Raymundo Tavares, por sua vez, implica em considerar os vários assuntos tratados na imprensa, entre eles, as discussões em torno da necessidade de reformar o ensino em Minas Gerais. O inspetor Estevam de Oliveira, que ocupou o cargo, a nível estadual de inspetor de ensino - o que lhe possibilitou conhecer a realidade do ensino no estado de Minas e também em outras regiões - realizou a mando do governo uma viagem pelo Rio de Janeiro e São Paulo, a fim de buscar ideias para realizar uma reforma no estado. O resultado dessa viagem foi a produção de um relatório que incentivou a reforma do ensino em 1906 (OLIVEIRA, 1902). Sua prática de inspetor fez surgir nas páginas dos jornais diversos artigos onde critica as condições do ensino em Minas Gerais. A discussão em torno da supressão das escolas normais era recorrente, chegando a figurarem duas hipóteses, continuar funcionando todas as escolas ou ter seu número suprimido pela metade (CORREIO DE MINAS, 08 de janeiro, 1899, p.1).

Frente a essa investida, a congregação da Escola Normal de Juiz de Fora dirige ao diretório do Partido Republicano do município uma representação em defesa dessa instituição, assinada por seis professores, entre eles Raymundo Tavares e Francisco Paixão.

Tendo chegado ao nosso conhecimento que entre outras medidas de economia que os poderes dirigentes do estado pretendem adotar, figura a supressão de todas as escolas normais, inclusive a desta cidade, medida essa que se tornará efetiva se não forem tomadas prontas e eficazes providencias, no sentido de salvar-se aquela de que somos professores, como vossos amigos e dedicados correligionários, tomamos a deliberação de apelar para esse diretório, pedindo-lhe que faça valer nesta emergência o seu considerável e merecido prestígio, a fim que seja respeitado o direito que honradamente conquistamos e mantido esse estabelecimento que, sobre ser o único da região da mata, tem por todos os títulos honrado a nossa cidade, e, modéstia a parte, até mesmo ao estado de Minas (JORNAL DO COMMERCIO, 1901, p.1).

O relatório publicado por Estevam, em 1902, teve grande repercussão na imprensa. Pessoas de toda parte teciam comentários sobre ele, inclusive o professor Raymundo Tavares, dizendo que Estevam de Oliveira configurava-se um

Conhecedor profundo das mazelas que infelicitava a educação em Minas (...) coloca[va], o distinto colega, o dedo na ferida informando o governo e os mineiros do estado em que se encontra um dos mais importantes ramos do serviço público (CORREIO DE MINAS, 1899, p.1).

Raymundo Tavares reconhecia que a imprensa sempre denunciou as mazelas da instrução na cidade, mas que naquele momento, porém, “na pessoa de um delegado, que v[inha] dizer francamente ao povo o que h[avia] e o que [era] preciso fazer. A revelação t[inha] toda autoridade, porque traz[ia] o cunho oficial”(CORREIO DE MINAS, 1899, p.1).

A partir da trajetória do professor Raymundo Tavares percebe-se a relevância que este foi conquistando no meio educacional. Juntamente com Francisco Paixão, também signatário do Manifesto, foi examinador dos primeiros grupos escolares fundados em Juiz de Fora no ano de 1907, instituídos pela reforma de 1906 (CORREIO DE MINAS, 1907, p.2) . Em 1910, no âmbito da discussão estadual sobre a reforma do regulamento então vigente, o dec. n.1960 de 16 de dezembro de 1906, Raymundo Tavares, atendendo a um pedido da Secretaria do Interior, responsável pela instrução pública, ocupando na época o cargo de inspetor técnico de ensino,

atuou formulando opiniões e propôs modificações sobre o programa de ensino<sup>13</sup>.

De professor da Escola Normal chegou ao cargo de inspetor regional. Ainda exercendo essa função, em 1916, concede uma entrevista ao jornal *Correio de Minas* para falar sobre o “Problema da Instrução em Minas Gerais”. Como ele mesmo havia assinalado, tempos antes, referindo-se ao outro inspetor Estevam de Oliveira, “sua fala” representaria o “cunho oficial” do estado sobre a instrução. O “ilustre professor” discorreu sobre várias temáticas e, pelo seu discurso, pode-se perceber seu entendimento sobre a escola primária:

A escola primaria é, por assim dizer, a célula da dinâmica social, força propulsora indireta do evoluir das coletividades, fonte suprema e instrumento da salvação comum, na linguagem expressiva de Vessiot, a educação popular, que lhe serve de escopo, é o mais momentoso problema de quantos absorver a energia dos governos; e se subordina as duas equações: - seleção do professorado e organização da escola – duas questões complexas e que, mediata ou imediatamente se prendem varias outras.(CORREIO DE MINAS, 11 de outubro, 1916, p.1).

O texto do Manifesto, que Raymundo Tavares também assinou, dezesseis anos antes dessa entrevista, foi escrito sob a perspectiva do professorado, na medida em que clamava a união dos professores para supostas melhorias das suas condições. No entanto, percebe-se, neste outro momento, a visão do inspetor, supostamente preocupado com a escola primária, “célula da dinâmica social” e com a formação dos professores que deveria ficar a cargo do estado. No centro da questão encontra-se a escola e não apenas os professores. A entrevista continua com o redator do jornal perguntando se o professorado estava à altura da sua missão. Raymundo Tavares responde:

Grande parte dos nossos docentes primários, é preciso confessar, mesmo dos que procedem de institutos normais, deixam a desejar, não somente pela sua insuficiência literária, mas também pela incapacidade profissional. É uma lamentável lacuna que deve ser levada á conta do descuido ou excesso de benevolência desses institutos (CORREIO DE MINAS 11 de outubro, 1916, p.1).

Aqui, fica claro a visão de um agente do estado, que culpa os próprios professores pelas mazelas, considerando-os insuficientes, tanto do ponto de vista literário, quanto profissional, situação que é fruto de um processo de racionalização do ensino no início da República. Essa racionalização implicava tanto a atuação dos inspetores, dentro de um discurso moral e elitista, quanto na centralização da formação do professorado. Dentro desse processo, um segundo aspecto se destaca, a concepção individualizante da sociedade é perpassada para a educação, ao responsabilizar pais, professores e alunos pela ineficácia do ensino (VEIGA, 1999). De acordo com o inspetor e “pedagogo”, esse mal seria remediado pelo “patriotismo dos governos” que deveriam incentivar a concorrência entre os professores, havendo uma seleção entre os melhores, pois “o bom professor é assim uma espécie de premissa maior na estrutura do silogismo, pois é dele que depende o êxito da organização da escola” (CORREIO DE MINAS 11 de outubro, 1916, p.1).

Ao mesmo tempo em que considera os professores insuficientes, Raymundo Tavares elege o “bom professor” como um dos responsáveis pelo melhoramento da instrução a partir do

---

<sup>13</sup> SI – 3802: Papéis findos. Secretaria do Interior, ano de 1910: Ensino Primário – modificações no regulamento, regimento em vigor e opiniões sobre o programa (a saber, o Regulamento a que se refere o dec. n. 1960 de 16 de dezembro de 1906).

nivelamento que deveria ocorrer no processo de inserção nas escolas normais, o que seria garantido “pela enérgica vigilância” nessas escolas, que acarretaria o “trancamento das portas da instrução pública aos muitos candidatos despreparados que tentam invadi-la”.

Para Raymundo Tavares, o estado deveria suprir as escolas de todo material e condições necessárias para um bom funcionamento das aulas, mas só depois de afastado o “elemento imprestável”. A fala do inspetor regional é coerente com o que defendia, ou seja, mesmo não bastando ao indivíduo possuir apenas capacidade literária para ser pedagogo, esta seria um ponto fundamental, pois “o professor instruído estar[ia] em melhores condições para assimilar e praticar os programas de ensino, e bem compreender elevado fim social da escola primária” (CORREIO DE MINAS, 1916, p.1).

As trajetórias revelam momentos diversos e mudanças de opiniões e concepções de acordo com os espaços e funções ocupadas. Nessa acepção, outra relação importante de ser compreendida, consiste no enredo oferecido por outro signatário do Manifesto de 1900. O professor José Paixão, que, em 1897, oferecia nas páginas do jornal, aulas particulares de “português, francês e inglês em sua residência ou em casas particulares” (CORREIO DE MINAS, 1897, p.2), parece ter se estabelecido como professor da Escola Noturna, cargo que ocupou a partir de 1900. Em 1902, teve sua escola avaliada por uma “comissão examinadora composta dos professores (...) Raymundo Tavares” e ele próprio (CORREIO DE MINAS, 1902, p.2). Três anos depois, ainda na Escola Noturna, foi avaliado por Felicíssimo Mendes Ribeiro. O intuito de falar “ao professorado” e a ideia de uni-los parece ter continuado como uma intenção do professor J. Paixão, desta vez, com a criação de uma imprensa específica para os professores:

Subordinado ao título *A Escola*, aparecerá, brevemente, nesta cidade, o novo colega, cujo objetivo é o conagraçamento do professorado, quer publico quer particular, do Estado. É seu redator-chefe nosso colega e colaborador J. Paixão. Advogará os direitos do professor e tratará o colega da criação de uma caixa beneficente e de socorros. Que boas auras tragam a combater em nosso meio jornalístico, e que, desta vez, sazone a ideia há muito esperada e afagada por nosso colega, de unir a classe dos operários da inteligência e por meio de uma caixa amparem-se e auxiliarem-se nos dias difíceis. Aplaudimos a ideia, e para ela chamamos a atenção dos interessados (JORNAL DO COMMERCIO, 1904, p.1).

O jornal *A Escola* não foi encontrado nos arquivos da cidade, aliás, a notícia anuncia que aparecerá, o que pode não ter acontecido. Mas, o próprio anúncio revela que J. Paixão, quatro anos após o manifesto, permanecia com as intenções demonstradas no texto de 1900, a ideia a “muito esperada e afagada (...) unir a classe dos operários da inteligência”. Desta vez, com propostas mais concretas para que ocorresse a união dos professores, como a “criação de uma caixa beneficente e de socorros”. Esse anúncio indica também outro fato importante, ou seja, os professores não avançaram na questão da associação, continuavam sem um órgão que os articulasse, como desejou poucos anos antes, os quatro signatários.

Mais uma vez, J. Paixão recorria à imprensa para, por meio das palavras, tentar articular o professorado em torno da ideia de união. Porém, assim como o professor Felicíssimo, o literato também recorreu à Câmara Municipal por uma petição requerendo um aumento dos seus vencimentos<sup>14</sup>.

<sup>14</sup> Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora. Série 154/02. Correspondência de professores com a Câmara (1890-1930)

Como de praxe, a menção à questão pedida estava relacionada com o “espírito de justiça”, argumento também utilizado por J. Paixão, o que representa uma uniformização dos modos de pedir. Para conseguir o esperado, o professor ainda enumera os motivos pelos quais merecia o aumento.

a) A escola noturna municipal, única fonte de instrução que uma lei caritativa faculta ao operariado que vive de sol a sol, devendo ter por sede o centro da cidade, onde os alugueis de casa são elevados, onera ao professor desta cadeira, mais que aos das escolas diurna que funcionam fora do centro.

O trabalho desta escola é feito à noite, em horas consagradas ao descanso, e por isso mesmo, com direito a maior remuneração. c) Os resultados apresentados pelo peticionário, no exercício desta cadeira, como provam os termos de exames publicados anualmente, na imprensa local, têm sido, não obstante a ampliação dada pelo professor ao programa de ensino, quando não superior, ao menos iguais aos das outras escolas municipais. d) O esforço que, comparativamente as das demais escolas, exige o ensino desta, e maior não somente porque se dirige o professor a alunos operários já fatigados do trabalho do dia, como também por ser este ensino administrado à luz artificial, sempre imprópria a este mister<sup>15</sup>.

Os constantes pedidos de aumento dos vencimentos são importantes, por representarem uma forma de pressionar a Câmara Municipal frente às decisões relativas à instrução, o que parecia não ser prioridade da administração pública. Em 1905, após a suspensão do ensino nas escolas normais do estado pelo Congresso Mineiro, a Câmara Municipal de Juiz de Fora, sob a alegação de penúria orçamentária, suspendeu o ensino primário municipal na cidade durante meses. A princípio, a resolução que viabilizou esta medida por parte da Câmara era baseada numa cláusula abrangente, não específica, sobre a possibilidade de corte de gastos públicos.<sup>16</sup>

Na prática, o serviço escolhido para amenizar o déficit público municipal naquele ano foi justamente a educação, o que demonstra a prioridade da instrução frente aos órgãos públicos. Talvez, por esses constantes problemas, os signatários tenham publicado o Manifesto e percebido que os professores, unidos, poderiam conseguir alguma melhoria. A trajetória dos quatro assinantes traz elucidações sobre o papel que eles exerceram no espaço da cidade, permitindo entendê-los como sujeitos envolvidos no processo histórico (THOMPSON, 1981).

Felicíssimo parece ter sido o mais experiente, ao ponto de ser considerado pela imprensa como o “decano dos professores primários de Juiz de Fora”, como já foi dito anteriormente. Na documentação pesquisada, seu nome aparece nos vestígios mais antigos, o que endossa a afirmação do jornal. Não foi possível observar pistas sobre o final da trajetória desse sujeito, quando ele parou de lecionar ou as últimas notícias que trouxeram indícios acerca de suas últimas atividades docentes.

Diferente de Felicíssimo, José Paixão viveu pouco tempo na cidade, tendo chegado ao final dos oitocentos e partido no mesmo ano da fundação da Academia Mineira de Letras em 1909, indo para a cidade de Oliveira, Minas Gerais, ocupar o posto de diretor do grupo escolar, diferente do seu irmão Francisco Paixão que parece ter permanecido em Juiz de Fora por um tempo.

Nesta mesma direção, acerca das trajetórias, Raymundo Tavares, como pode constatar em seu inventário, viveu em Juiz de Fora até o seu falecimento, em 1942.

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora. Livro de Resoluções da Câmara Municipal- Orçamento da Câmara para o exercício de 1904.

### **Considerações finais.**

Buscou-se compreender nas trajetórias dos professores as posições que mantiveram antes e depois da publicação. Acredita-se que a publicação do Manifesto no *Jornal do Commercio* tenha sido possibilitada pelas relações estabelecidas pelos signatários. Além disso, a trajetória destes sujeitos permite elucidar sobre os motivos que os levaram a se manifestarem dessa forma. Percebeu-se que estes também foram atuantes em outros momentos anteriores à publicação, requerendo, e até mesmo pedindo aumento de vencimentos.

É importante ressaltar as dificuldades encontradas para esboçar as trajetórias dos signatários, pois elas definiram os caminhos escolhidos para a realização da tarefa. Optou-se por perceber os espaços onde os quatro professores estiveram presentes. Neste sentido, o momento dos exames escolares se mostrou revelador. Perceberam-se os professores antes e após o Manifesto de 1900, por isso, não se definiu um recorte cronológico exato, de maneira fechada, e sim, usando de fontes que dessem pistas dos passos dos professores, o que se mostrou desde o final do século XIX até documentos próximos a década de 1920.

O estudo que aqui se apresentou aponta um caminho de análise a contribuir para pensar as relações dos professores em outros locais, levando em consideração o movimento dos docentes, suas formas de agir, o que se aproxima também com a perspectiva utilizada pelo historiador inglês E.P. Thompson, significando pensar que, ao atuar, agir, manifestar, os professores também estavam se constituindo enquanto categoria, a categoria docente.

### **Referências**

ACADEMIA DE COMÉRCIO DE JUIZ DE FORA. 50: 1891-1941. Juiz de Fora. Tip. *Lar Católico*, 1941.102 p. JF-po/AC5Fa/[1941]/

ALVES, Cláudia. Jean-François Sirinelli e o político como terreno da história cultural. In: LOPES, Eliane M. T., FARIA FILHO, Luciano M. de. (Orgs.) *Pensadores Sociais e História da Educação*. Belo Horizonte: Autêntica Editora. vol. 2. 2012.

BARBOSA, Leila Maria Fonseca; RODRIGUES, Maria Timpone Pereira.(orgs.) *Machado Sobrinho, notícias da imprensa sobre a academia mineira de letras*. Juiz de Fora. Funalfa, 2009.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOURDIEU, P. A Ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 183-191.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa:Difel, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira, *A “Europa dos pobres”*: Juiz de Fora na Belle-Époque mineira. Juiz de Fora – EDUFJF, 1994, p. 160.

CORREIO DE MINAS. 28 de outubro, 1897, p.2.

CORREIO DE MINAS. 08 de janeiro, 1899, p.1.

CORREIO DE MINAS. 19 de dezembro, 1907, p.2.

CORREIO DE MINAS. 11 de outubro, 1916, p.1.

CORREIO DE MINAS, 14 de novembro, 1902, p.2.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Rastros de leituras: um estudo no acervo de livros do Museu da Escola Catarinense (décadas de 20 a 60 do século XX). *Educação*, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 18-27, jan./abr. 2012.

DIAS, Sabrina Moura. O público e o privado na escolarização primária municipal em Juiz de Fora (1899- 1907). *Educação em Foco*. Juiz de Fora, Edição Especial, 2008 p.177-195.

FONSECA, M. V.; BARROS, S. A. P. (org.). *A história da educação dos negros no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2016.

FARIA, Luciano, BERTUCCI, Liane Maria. Experiência e cultura: contribuições de E.P. Thompson para uma história social da escolarização. *Currículo sem Fronteiras*, jan./jun.2009, v.9, n.1, p.10-24.

GAZETA DA TARDE, 02 de maio, 1889, p.3.

GAZETA DA TARDE, 11 de maio, 1899, p.1.

GAZETA DA TARDE, 25 de julho, 1889, p.1.

GAZETA DA TARDE, 21 de outubro, 1889, p.2.

JORNAL DO COMMERCIO, 15 de maio, 1898, p.2.

JORNAL DO COMMERCIO, 04 janeiro, 1901, p.2.

JORNAL DO COMMERCIO, 15 de novembro, 1900, p.2.

JORNAL DO COMMERCIO, 14 de novembro, 1901, p.1.

JORNAL DO COMMERCIO, 29 de setembro, 1904, p.1.

JORNAL DO COMMERCIO, 09 de novembro, 1901, p.1.

JORNAL DO COMMERCIO, 04 de julho 1901, p.1.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Editora Unicamp: Campinas, 1990.

MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. *Baú de Memórias, bastidores de histórias: o legado pioneiro de Armanda Álvaro Alberto*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

MULLER, Maria Lúcia Rodrigues..*A Cor da escola: imagens da primeira república*. Cuiabá: EDUFMT/Entrelinhas, 2008.

NUNES, Clarice. História da Educação: espaço do desejo. *Em Aberto*, Brasília: INEP, Vol. 9, nº 47, julho/setembro 1990, p. 37-45.

OLIVEIRA, Estevam. *Reforma do ensino publico primário e normal em Minas*. Relatório apresentado ao secretário do Interior. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1902.

PINTO, Jefferson de Almeida. *Controle Social e Pobreza*. Juiz de Fora: Editar, 2008, p. 132.

RANGEL, José. *Como o tempo passa...*Rio de Janeiro: A Encadernadora, 1940.

ROSA, Flávio Galone da . Um olhar sobre a República: o clube republicano de Juiz de Fora frente ao Regime Monárquico (1888-1889). In: Cláudia R. Andrade dos Santos; Ana Maria da Silva Moura; Cláudio Monteiro; Carlos Engemann; Carlos A. M. Lima; Eduardo Scheidt; Fábio H. Lopes; Surama Conde Sá Pinto. (Org.). *Estudos*. 1 ed. Curitiba: Laboratório de Estudos de História Política, 2006, v. 1, p. 63-76.

SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Marcelo Gomes da. *Por meio da resistência*”: processo de profissionalização docente no Manifesto “Ao Professorado de Minas” (1900). 2012. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SIMMEL, G. (1983). Sociabilidade, um exemplo de sociologia pura ou formal. In: FILHO, E.M. (org.), *Simmel*. Trad. Carlos Alberto Pavanelli. São Paulo: Ática.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, R. (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003, p. 231-269.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros*. Trad.: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1981.

\_\_\_\_\_. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. 1.



VEIGA, Cynthia Greive. Estratégias discursivas para a educação em Minas Gerais no séc.XIX. In: VIDAL, Diana Gonçalves & SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. (orgs.). *A memória e a sombra – a escola brasileira entre o Império e a República*. Belo Horizonte. Autêntica, 1999.

Recebido em: 28/05/2020  
Aprovado em: 25/06/2020